

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	31
1. Noções.....	31
2. Estado.....	31
2.1. Noções.....	31
2.2. Funções ou Poderes Estatais.....	33
3. Governo e a função política.....	36
4. Função administrativa	36
5. Administração pública: sentidos	37
5.1. Sentido Objetivo, Material ou Funcional.....	38
5.2. Sentido Subjetivo, Formal ou Orgânico	39
6. Tópico-Síntese	39
CAPÍTULO II - DIREITO ADMINISTRATIVO: LIÇÕES INICIAIS.....	41
1. Noções.....	41
2. Critérios de definição	42
2.1. Critério Exegético ou Legalista.....	42
2.2. Critério do Poder Executivo.....	42
2.3. Critério da Relação Jurídica	42
2.4. Critério do Serviço Público	43
2.5. Critério Teleológico ou Finalista.....	43
2.6. Critério Negativista, Negativo ou Residual.....	43
2.7. Critério da Administração Pública.....	44
3. Objeto de estudo.....	44
4. Principais sistemas administrativos.....	44
4.1. Sistema Francês, do Contencioso Administrativo ou da Dualidade de Jurisdições	45

4.2.	Sistema Inglês, da Jurisdição Una ou da Unicidade de Jurisdição.....	45
4.3.	Sistema Adotado pelo Brasil	45
5.	Fontes do direito administrativo	46
5.1.	Lei	46
5.2.	Jurisprudência.....	46
5.3.	Costumes	47
5.4.	Doutrina.....	47
6.	Interpretação do Direito Administrativo	47
7.	Tópico-síntese.....	49
CAPÍTULO III – REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO		51
1.	Noção.....	51
2.	Regime jurídico-administrativo.....	52
3.	Princípios do Direito Administrativo.....	53
3.1.	Supraprincípios do Direito Administrativo	55
3.1.1.	Significado de Interesse Público.....	55
3.1.2.	Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado.....	57
3.1.3.	Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	58
3.2.	Princípios Constitucionais Expressos do Direito Administrativo.....	59
3.2.1.	Legalidade	60
3.2.2.	Impessoalidade	62
3.2.3.	Moralidade	63
3.2.3.1.	Moralidade e Probidade.....	64
3.2.4.	Publicidade	65
3.2.5.	Eficiência.....	67
3.3.	Princípios Implícitos ou Reconhecidos do Direito Administrativo.....	69
3.3.1.	Princípio da Finalidade.....	69

3.3.2.	Princípios da razoabilidade e proporcionalidade.	70
3.3.3.	Princípio da autotutela	71
3.3.4.	Princípio da especialidade	72
3.3.5.	Princípio da motivação	72
3.3.6.	Princípio da segurança jurídica	74
3.3.6.1.	Princípio da Segurança Jurídica e Teoria do Fato Consumado	77
CAPÍTULO IV – PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA		83
1.	Noções: Poderes e Deveres do administrador	83
2.	Características dos poderes administrativos	84
3.	Classificação	85
4.	Poder Vinculado	86
5.	Poder Discricionário	86
6.	Poder hierárquico	88
6.1.	Conceito	88
6.2.	Características	89
7.	Poder disciplinar	90
8.	Poder Normativo ou Regulamentar	94
8.1.	Conceito	94
8.2.	Espécies de regulamentos	95
8.2.1.	Regulamentos executivos	95
8.2.2.	Regulamentos autônomos	97
9.	Poder de Polícia	99
9.1.	Conceito	99
9.2.	Poder de polícia em sentido amplo e em sentido estrito....	100
9.3.	Polícia Administrativa e Polícia Judiciária	101
9.4.	Competência	101
9.4.1.	Exercício do poder de polícia por empregados públicos (celetistas)	103
9.4.2.	Delegação do poder de polícia a particulares	104

9.5. Atributos.....	106
9.5.1. Discricionariedade	106
9.5.2. Autoexecutoriedade.....	106
9.5.3. Coercibilidade.....	108
9.6. Limites.....	108
9.7. Prescrição.....	108
10. Abuso de poder.....	109
11. Tópico-Síntese	109
CAPÍTULO V – ATOS ADMINISTRATIVOS	113
1. Noções.....	113
2. Anatomia do Ato Administrativo.....	115
2.1. Declaração do Estado ou de quem o representante	115
2.2. Produção imediata de efeitos jurídicos	116
2.3. Regime jurídico de Direito Público.....	116
2.4. Sujeito a controle do judiciário	117
3. Requisitos ou elementos dos Atos Administrativos.....	117
3.1. Competência.....	118
3.1.1. Características da competência	118
3.1.2. Delegação e avocação de competência	119
3.1.3. Vícios de competência.....	122
3.2. Finalidade.....	123
3.3. Forma.....	125
3.4. Motivo	125
3.4.1. Vinculação e Discricionariedade	126
3.4.2. Motivo, motivação e teoria dos motivos determi- nantes.....	126
3.5. Objeto.....	129
3.5.1. Vinculação e discricionariedade.....	130
3.6. Elementos do ato segundo Celso Antônio Bandeira de Mello.....	130

4.	Atributos dos Atos Administrativos	132
4.1.	Presunção de legitimidade e veracidade	132
4.2.	Imperatividade ou coercibilidade.....	133
4.3.	Autoexecutoriedade.....	133
4.4.	Tipicidade.....	134
4.5.	Quadro comparativo: elementos e atributos do ato administrativo.....	135
5.	Formação e efeitos dos atos administrativos.....	135
6.	Classificação dos atos administrativos	137
7.	Espécies de atos administrativos	139
7.1.	Atos Gerais ou Normativos	139
7.2.	Atos Ordinatórios.....	141
7.3.	Atos Negociais	142
7.4.	Atos Enunciativos.....	144
7.5.	Atos Punitivos.....	146
8.	Extinção do ato administrativo	146
8.1.	Cumprimento de seus efeitos	146
8.2.	Renúncia	147
8.3.	Desaparecimento do sujeito ou do objeto.....	147
8.4.	Contraposição ou derrubada	148
8.5.	Cassação.....	148
8.6.	Caducidade	148
8.7.	Anulação ou Invalidação	149
8.8.	Revogação.....	152
9.	Convalidação do Ato Administrativo	154
9.1.	Conversão do Ato Administrativo	156
10.	Tópico-Síntese	156
CAPÍTULO VI – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....		167
1.	Noções.....	167
2.	Órgãos Públicos	168

2.1.	Conceito.....	168
2.2.	Teoria do Órgão.....	170
2.3.	Classificação.....	171
2.4.	Criação e extinção de órgãos.....	172
2.5.	Concentração e desconcentração.....	173
3.	Administração pública direta e indireta.....	174
3.1.	Noções.....	174
3.2.	Centralização e descentralização.....	175
3.2.1.	Centralização/Descentralização x Concentração/Desconcentração.....	178
4.	Entidades da administração pública indireta.....	180
4.1.	Noções.....	180
4.2.	Autarquias.....	182
4.2.1.	Conceito.....	182
4.2.2.	Características básicas das autarquias.....	182
4.2.3.	Prerrogativas processuais.....	184
4.2.4.	Regime jurídico.....	185
4.2.4.1.	Conselhos profissionais.....	185
4.2.5.	Agências Reguladoras.....	187
4.2.5.1.	Noções.....	187
4.2.5.2.	Conceito.....	187
4.2.5.3.	Características.....	188
4.2.6.	Agências Executivas.....	190
4.3.	Fundações Públicas.....	190
4.3.1.	Peculiaridades do regime jurídico das fundações públicas de direito privado.....	191
4.4.	Empresas Estatais: Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.....	192
4.4.1.	Noções.....	192
4.4.2.	Espécies.....	193
4.4.3.	Criação e extinção.....	194
4.4.4.	Objeto.....	194

4.4.5.	Regime jurídico	195
4.4.5.1.	Licitação	196
4.4.5.2.	Regime de pessoal	196
4.4.5.3.	Recrutamento de seus dirigentes	197
4.4.5.4.	Controle	198
4.4.5.5.	Bens	199
4.4.5.6.	Responsabilidade civil	200
4.4.6.	Função social das empresas estatais	200
4.4.6.1.	Regime Tributário	201
4.4.6.2.	Falência	202
4.4.6.3.	Comparativo entre empresas públicas e sociedades de economia mista	202
4.4.6.4.	Principais entendimentos relativos à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT)	203
4.5.	Consórcios Públicos	204
4.5.1.	Definição	204
4.5.2.	Espécies	205
4.5.3.	Etapas de criação e extinção	205
4.5.4.	Prerrogativas	206
4.5.5.	Contrato de rateio e de programa	206
5.	Terceiro setor	207
5.1.	Noções	207
5.2.	Serviços Sociais Autônomos	208
5.3.	Entidades de Apoio	209
5.4.	Organizações Sociais (OS)	209
5.5.	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)	212
5.5.1.	Quadro comparativo entre OS e OSCIP	214
5.6.	Fundos Patrimoniais	214
7.	Tópico-Síntese	216

CAPÍTULO VII – AGENTES PÚBLICOS	223
1. Noções.....	223
2. Agente público.....	223
2.1. Conceito.....	223
2.2. Classificação	224
2.3. Regime Jurídico.....	227
3. Cargos, Empregos e Funções.....	228
3.1. Cargo Público.....	229
3.1.1. Principais Classificações dos Cargos Públicos.....	229
3.2. Emprego Público.....	230
3.3. Função.....	231
4. Acesso a cargos empregos e funções.....	232
4.1. Concurso Público	232
4.1.1. Exceções à regra de concurso público e situações de ilegalidade.....	234
4.1.2. Prazo de Validade.....	237
4.1.3. Igualdade de oportunidades em concursos públicos.....	238
4.1.4. Questões envolvendo o exame psicotécnico.....	239
4.1.5. Direito subjetivo à nomeação e outras questões jurídicas.....	240
4.1.6. Momento de comprovação do preenchimento dos requisitos legais.....	241
4.2. Acumulação Remunerada De Cargos, Empregos e Funções	242
5. Provitamento	244
5.1. Quadro Comparativo das Diversas Modalidades de Provitamentos Previstos na Lei 8.112/90.....	247
6. Investidura, posse e exercício	248
7. Estágio probatório, efetividade, estabilidade e disponibilidade ..	249
7.1. Estágio probatório.....	249
7.2. Efetividade	250
7.3. Estabilidade.....	250

7.4. Disponibilidade.....	252
8. Vacância.....	252
9. Remoção e redistribuição.....	253
10. Sistema remuneratório.....	255
10.1. Remuneração e subsídio.....	255
10.2. Peculiaridades Relacionadas à Remuneração e ao Subsídio.....	256
10.3. Teto Remuneratório.....	258
10.4. Pagamento de vantagens.....	259
10.4.1. Indenizações.....	260
10.4.2. Retribuições, gratificações e adicionais.....	263
11. Direitos sociais assegurados aos servidores públicos.....	266
11.1. Extensão de direitos previstos no art. 7º da CF/88.....	266
11.2. Sindicalização e Greve (art. 37, VI e VII da CF/88).....	269
11.3. Outros direitos assegurados aos servidores públicos pela Lei 8.112/90.....	270
11.3.1. Férias.....	271
11.3.2. Licenças e afastamentos.....	272
12. Sistema de responsabilização.....	279
12.1. Responsabilidade Civil.....	279
12.2. Responsabilidade Penal.....	279
12.3. Responsabilidade Administrativa: regime disciplinar.....	280
12.3.1. Deveres.....	280
12.3.2. Penalidades.....	281
12.3.2.1. Advertência.....	282
12.3.2.2. Suspensão.....	282
12.3.2.3. Demissão.....	283
12.3.2.4. Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.....	284
12.3.2.5. Destituição de cargo em comissão ou de função comissionada.....	284
12.3.2.6. Prescrição.....	285

12.4. Sindicância e processo administrativo disciplinar	285
12.4.1. Investigação Preliminar	286
12.4.2. Sindicância	286
12.4.3. Processo Administrativo Disciplinar (PAD).....	287
12.4.4. Revisão do processo.....	289
12.5. (In)Comunicabilidade Entre as Instâncias de Responsabilização	290
13. Regime de previdência dos agentes públicos	291
13.1. Noções Gerais	291
13.2. Aposentadorias	292
13.2.1. Aposentadoria por Invalidez.....	292
13.2.2. Aposentadoria compulsória	293
13.2.3. Aposentadoria voluntária.....	294
13.2.3.1. Aposentadoria especial do servidor público	294
13.2.4. Cálculo dos proventos de aposentadoria.....	295
13.2.5. Vedações constitucionais em matéria de aposentadoria.....	296
13.2.6. Contagem Recíproca	297
13.3. Outros Benefícios Devidos ao Servidor	297
13.3. Benefícios Devidos aos Dependentes do Servidor	298
13.3.1. Pensão por morte.....	298
13.3.1.1. Requisitos	298
13.3.1.2. Extinção do benefício e da cota do dependente	300
13.3.1.3. Cálculo da pensão por morte	301
13.3.2. Auxílio funeral	302
13.3.2. Auxílio reclusão.....	302
13.4. Benefício Devido Conjuntamente ao Servidor e Seus Dependentes.....	303
13.5. Reajuste das aposentadorias e pensões	303
13.6. Contribuição dos aposentados e pensionistas	304
13.7. Abono de permanência.....	304

13.8. Previdência Complementar	304
14. Tópico-síntese.....	305
CAPÍTULO VIII – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	315
1. Noções.....	315
2. Definição.....	316
3. Natureza jurídica.....	317
4. Elementos.....	318
5. sujeitos.....	318
5.1. Sujeito ativo.....	319
5.1.1. A questão envolvendo os agentes políticos.....	319
5.2. Sujeito Passivo.....	321
5.2.1. Concorrência de terceiros para a prática do ato de improbidade.....	322
6. Modalidades de atos de improbidade administrativa.....	323
6.1. Atos que importam em enriquecimento ilícito do agente..	324
6.2. Atos que importam em prejuízo ao erário	326
6.3. Atos que importem em concessão, aplicação e manutenção de benefício financeiro ou tributário relacionado ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	328
6.4. Atos que atentam contra princípios da Administração	329
6.5. Condutas que se Enquadram em Mais de uma Modalidade.....	331
6.6. A questão da tentativa.....	331
7. Elemento Subjetivo	331
8. Sanções.....	332
9. Declaração de bens e valores	335
10. Apuração do ato de improbidade na seara administrativa.....	335
11. Ação civil de improbidade administrativa.....	337
11.1. Legitimados.....	337
11.2. Procedimento	338
11.3. Transação, acordo ou conciliação	340

11.4. Prevenção do juízo para as ações posteriores.....	340
11.5. Tutelas de urgência na ação de improbidade administrativa..	341
12. Prescrição.....	344
13. Esquema de disposição dos temas tratados na lei de improbidade administrativa	346
14. Tópico-Síntese	347

CAPÍTULO IX – RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO..... 351

1. Noções.....	351
2. Evolução histórica das teorias sobre a responsabilidade do estado.	352
2.1. Teoria da Irresponsabilidade do Estado	352
2.2. Teorias civilistas	352
2.2.1. Teoria dos Atos de Império e dos Atos de Gestão .	352
2.2.2. Teoria da Culpa Civil	353
2.3. Teorias publicísticas	353
2.3.1. Teoria da Culpa Administrativa (culpa anônima, falta do serviço público ou acidente do serviço) ...	354
2.3.2. Teorias do risco (objetivas)	355
3. Responsabilidade civil do estado no direito brasileiro.....	356
3.1. Responsabilidade objetiva	356
3.1.1. Noções.....	356
3.1.2. Elementos ou Requisitos.....	358
3.1.2.1. Ação administrativa.....	358
3.1.2.2. Dano indenizável	359
3.1.2.3. Nexo de causalidade	360
3.1.3. Aplicação da Teoria do Risco Integral	363
3.2. Responsabilidade subjetiva	364
3.2.1. Empresas estatais exploradoras de atividade econômica.....	365
4. Responsabilidade civil por atos judiciais e legislativos.....	366
5. Situações envolvendo detentos.....	366

6.	Reparação do dano	369
6.1.	Dimensão da Reparação do Dano	369
6.2.	Prazo Prescricional	370
6.3.	Formas de Reconhecimento do Dever de Indenizar	371
6.4.	Ação de Reparação	371
6.4.1.	Denúnciação à Lide	372
7.	Ação de regresso da administração contra o agente causador do dano	372
8.	Tópico-Síntese	374
CAPÍTULO X - CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....		375
1.	Noções.....	375
2.	Classificação	376
3.	Controle administrativo	377
3.1.	Fiscalização Hierárquica	378
3.2.	Supervisão Ministerial.....	378
3.3.	Direito de Petição.....	379
3.4.	Processo Administrativo.....	379
3.5.	Recursos Administrativos	379
3.5.1.	Classificação dos Recursos Administrativos.....	380
3.5.2.	Efeitos.....	380
3.5.3.	Requisito de Admissibilidade do Recurso Administrativo.....	380
3.6.	Responsabilização de pessoas jurídicas por atos de corrupção (lei anticorrupção).....	381
3.6.1.	Responsabilização Administrativa	382
3.6.2.	Processo Administrativo de Responsabilização	383
3.6.3.	Acordo de Leniência.....	383
3.6.4.	Responsabilização Judicial.....	384
4.	Controle legislativo.....	385
4.1.	Tribunal de Contas	386
5.	Controle judicial	389

5.1. Ações Judiciais.....	390
6. Tópico síntese	393
CAPÍTULO XI – PROCESSO ADMINISTRATIVO FEDERAL	395
1. Noções.....	395
2. Princípios.....	396
3. Direitos e deveres do administrado	397
4. Início do processo	397
5. Impedimento e suspeição.....	398
6. Dos atos do processo administrativo.....	399
6.1. Forma, tempo e lugar dos atos	399
6.2. Comunicação dos atos.....	400
7. Da instrução	401
7.1. Prazos específicos da instrução.....	402
8. Da decisão	402
8.1. Desistência e outros casos de extinção.....	403
9. Do recurso administrativo e da revisão.....	403
10. A questão do dano processual.....	404
11. Tópico-Síntese	405
CAPÍTULO XII – LICITAÇÃO	409
1. Noções.....	409
2. Objeto	412
3. Princípios.....	413
4. Contratação direta.....	415
4.1. Licitação dispensada	416
4.2. Inexigibilidade de licitação	416
4.3. Dispensa de licitação	417
4.4. Formalização da contratação direta.....	418
4.5. Quadro comparativo	419
5. Modalidades de licitação.....	419

6. Tipos de licitação.....	422
7. Fases da licitação.....	423
7.1. Fase Interna.....	423
7.2. Fase externa.....	424
7.2.1. Publicação do edital.....	424
7.2.2. Habilitação.....	425
7.2.3. Julgamento.....	427
7.2.4. Homologação e adjudicação.....	430
7.3. Peculiaridades do pregão.....	431
7.4. Peculiaridades da licitação para contratação de serviços de publicidade: Lei 12.232/10.....	432
8. Regime diferenciado de contratações públicas (rdc).....	434
8.1. Noções.....	434
8.2. Objeto.....	435
8.3. Procedimento.....	436
8.3.1. Inversão de fases.....	436
8.3.2. Critérios de julgamento.....	436
8.3.3. Procedimentos auxiliares das Licitações.....	437
8.3.4. Possibilidade de instituição de remuneração variável.....	438
8.3.5. Contratação Simultânea.....	438
9. Licitação das empresas estatais: lei 13.303/16.....	438
9.1. Objeto.....	439
9.2. Contratação Direta.....	439
9.3. Procedimento.....	440
9.3.1. Fase preparatória.....	440
9.3.2. Fase externa.....	441
10. Tópico-Síntese.....	443
CAPÍTULO XIII – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	447
1. Noções.....	447

2.	Características	448
2.1.	Participação da Administração Pública no ajuste	448
2.2.	Busca do interesse público	448
2.3.	Incidência de normas de Direito Público	449
2.4.	Existência de Cláusulas Exorbitantes	449
2.5.	Formalismo	449
2.6.	Publicidade	451
2.7.	Pessoalidade	451
2.8.	Prazo determinado	451
3.	Cláusulas exorbitantes	452
3.1.	Possibilidade de alteração unilateral	452
3.2.	Possibilidade de rescisão unilateral	453
3.3.	Fiscalização da execução do contrato	454
3.4.	Aplicação de sanções	454
3.5.	Ocupação provisória	455
3.6.	Exigência de garantias	456
3.7.	Restrição ao uso da exceção do contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	457
4.	Execução dos contratos	458
4.1.	Responsabilidades do contratado	458
4.2.	Encargos do contrato	458
4.3.	Prorrogação do contrato	460
5.	Equilíbrio econômico-financeiro do contrato	461
5.1.	Reajuste	461
5.2.	Revisão	461
6.	Extinção dos contratos	463
7.	Contratos celebrados pelas empresas Estatais: Lei 13.303/16	464
7.1.	Formalização	465
7.1.1.	Cláusulas essenciais	465
7.1.2.	Garantias	466
7.1.3.	Prazo de duração	466
7.2.	Alteração	467

7.3. Execução	468
7.4. Sanções administrativas.....	469
8. Tópico-Síntese	470
CAPÍTULO XIV – SERVIÇOS PÚBLICOS.....	473
1. Noções.....	473
2. Conceito.....	474
3. Classificação	475
3.1. Quanto aos destinatários (serviços gerais e individuais)...	475
3.2. Quanto ao objeto (serviços administrativos, comerciais ou industriais e sociais)	476
3.3. Quanto à essencialidade (serviços públicos propriamente ditos e serviços de utilidade pública).....	477
3.4. Quanto à delegabilidade (serviços públicos próprios e impróprios)	477
4. Disciplina constitucional.....	478
5. Participação, Proteção e Defesa dos Usuários Dos Serviços Públicos da Administração Pública (Lei 13.460/17).....	479
6. Delegação de Serviços Públicos.....	481
7. Concessão de Serviços Públicos.....	482
7.1. Noções.....	482
7.2. Serviço adequado.....	483
7.3. Princípios informativos dos serviços públicos.....	483
7.3.1. Continuidade.....	483
7.3.2. Eficiência.....	484
7.3.3. Mutabilidade	484
7.3.4. Cortesia na Prestação.....	484
7.4. Direitos e obrigações dos usuários.....	485
7.5. Peculiaridades da licitação de concessão	485
7.6. Contratação.....	487
7.7. Intervenção na concessão	487
7.8. Extinção do contrato de concessão	488

7.8.1.	Termo final do prazo.....	488
7.8.2.	Encampação	489
7.8.3.	Caducidade.....	489
7.8.4.	Rescisão.....	490
7.8.5.	Anulação.....	491
7.8.6.	Falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.....	491
8.	Concessões especiais: parcerias público-privadas	491
8.1.	Noções.....	491
8.2.	Vedações	492
8.3.	Licitação.....	492
8.4.	Contrato	493
8.5.	Garantias.....	494
9.	Permissão de serviços públicos.....	494
9.1.	Noções.....	494
9.2.	Diferenças entre permissão e concessão	495
10.	Autorização de serviços públicos.....	495
11.	Quadro comparativo: concessão comum e patrocinada, permissão e autorização de serviços públicos.....	496
12.	Tópico-síntese.....	497
CAPÍTULO XV – BENS PÚBLICOS		501
1.	Noções.....	501
2.	Conceito.....	501
3.	Classificação	502
3.1.	Quanto à destinação.....	502
3.2.	Quanto à titularidade	503
3.3.	Quanto à disponibilidade.....	505
4.	Regime jurídico dos bens públicos.....	505
5.	Afetação e desafetação.....	507
6.	Utilização de bens públicos	507

7. Aquisição e alienação de bens públicos.....	511
8. Tópico-Síntese	513
CAPÍTULO XVI – INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE	515
1. Noções.....	515
2. Competência para dispor sobre intervenção na propriedade.....	515
3. Espécies de intervenção na propriedade.....	516
4. Limitação administrativa.....	516
5. Servidão administrativa.....	516
6. Requisição	518
7. Ocupação temporária.....	518
8. Tombamento	519
8.1. Definição.....	519
8.2. Competência.....	519
8.3. Objeto.....	519
8.4. Características	520
8.5. Indenização	521
8.6. Constituição do tombamento.....	521
9. Desapropriação.....	523
9.1. Definição.....	523
9.2. Objeto.....	524
9.3. Competência.....	525
9.4. Modalidades de desapropriação	526
9.4.1. Desapropriações Ordinárias ou Comuns	526
9.4.2. Desapropriações-sanção ou sancionatórias.....	527
9.5. Desapropriação-confisco.....	529
9.6. Desapropriação por zona ou extensiva	530
9.7. Desapropriação indireta	530
9.8. Procedimento	531
9.8.1. Fase declaratória	531
9.8.2. Fase executiva ou executória.....	532

9.8.3. Procedimento judicial	532
9.8.3.1. Imissão provisória na posse	534
9.9. Indenização, correção monetária e juros	535
9.10. Honorários advocatícios	537
9.11. Retrocessão	538
10. Tópico-Síntese	539
BIBLIOGRAFIA	541